

**Das teorias, dos contextos e das políticas: múltiplas lentes que  
atravessam o currículo contemporâneo**

**From theories, contexts and policies: multiples lenses that traverse the contemporary  
curriculum**

**Desde teorías, contextos y políticas: múltiples lentes que recorren el currículo  
contemporáneo**

Camila da Silva Fabis<sup>1</sup>

Resenha

Linha de pesquisa: Política, Planejamento e Gestão da Educação

**Resumo**

A presente resenha aborda as discussões sobre a obra “Currículos, teorias e políticas” da autora Marlucy Paraíso, cujo texto problematiza os sentidos de currículo, sua relevância e sua legitimidade enquanto um projeto de sociedade. Apresenta-se a etimologia do conceito por meio de um escrutínio histórico e conceitual. Ao retomar as diferentes esferas que constituem o currículo descreve o currículo maior, citando as principais políticas educacionais entre outras orientações legislativas direcionadas às instituições, diferenciando do currículo menor que, para a autora, seriam as ações, os desdobramentos e as escolhas realizadas no cotidiano, por gestores, professores e alunos. Entre as teorizações que constituem o que entendemos por currículo estão as teorias críticas, pós críticas, os movimentos da virada cultural, a Nova Sociologia da Educação (NSE), as teorizações multiculturalistas e os estudos culturais. Por fim, a autora destaca pontos importantes a serem debatidos sobre a BNCC nos contextos de escolarização.

**Palavras-chave:** Currículo; políticas educacionais; teorizações curriculares.

**Abstract**

This review addresses discussions about the work "Curriculum, Theories and Policies" by author Marlucy Paraíso, whose text problematizes the meanings of curriculum, its relevance, and its legitimacy as a societal project. The etymology of the concept is presented through a historical and conceptual scrutiny. By revisiting the different spheres that constitute the curriculum, the review describes the larger curriculum, citing the main educational policies among other legislative guidelines directed at institutions, differentiating it from the smaller curriculum which, for the author, would be the actions, developments, and choices made daily by managers, teachers, and students. Among the theories that constitute what we understand by curriculum are critical and post-critical theories, the movements of the cultural turn, the

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa: Estudos Culturais em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU (UFRGS). Realizou estágio pós-doutoral junto ao Laboratório de Políticas Curriculares do Ensino Médio (LAPEM) da linha 3 “Educação, Desigualdades e Inclusão” no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGEDU-UNISINOS). consultoriacamila31@gmail.com.

New Sociology of Education (NSE), multiculturalist theories, and cultural studies. Finally, the author highlights important points to be debated regarding the BNCC (National Common Core Curriculum) in the context of schooling.

**Keywords:** Curriculum; educational policies; curricular theories.

## Resumen

Esta reseña aborda las discusiones sobre la obra "Currículo, Teorías y Políticas" de la autora Marlucy Paraíso, cuyo texto problematiza los significados del currículo, su relevancia y su legitimidad como proyecto social. La etimología del concepto se presenta mediante un análisis histórico y conceptual. Al revisar las diferentes esferas que constituyen el currículo, la reseña describe el currículo general, citando las principales políticas educativas, entre otras directrices legislativas dirigidas a las instituciones, diferenciándolo del currículo general que, para la autora, estaría constituido por las acciones, desarrollos y decisiones que realizan diariamente gestores, docentes y estudiantes. Entre las teorías que constituyen lo que entendemos por currículo se encuentran las teorías críticas y pos críticas, los movimientos del giro cultural, la Nueva Sociología de la Educación (NSE), las teorías multiculturalistas y los estudios culturales. Finalmente, la autora destaca puntos importantes para debatir sobre el BNCC (Currículo Básico Común Nacional) en el contexto de la escolarización.

**Palabras clave:** Currículo; políticas educativas; teorías curriculares.

A obra “Currículo, teorias e políticas”, da autora Marlucy Paraíso apresenta em dez capítulos discussões que problematizam os sentidos contemporâneos de currículo, apresentando-o como um projeto de sociedade que perpassa por territórios de disputa. Por meio de um escrutínio histórico e conceitual, Paraíso (2025), apresenta múltiplas perspectivas e teorizações que constituíram e seguem constituindo o currículo. Na abertura da obra, no título do primeiro capítulo: “O coração da escola: um território disputado” a autora aborda marcas do ambiente escolar, referindo que o currículo pode ser compreendido como um conjunto de aprendizagens essencialmente oportunizadas nos espaços de escolarização. Lugar em que sonhos pulsam, desejos se consolidam e lutas acontecem e, por isso, é vivo e pulsante! De tal modo, em sua perspectiva não há escola sem currículo – e para que a sociedade que almejamos tenha possibilidade de existência – são pelas escolhas curriculares que as concretudes podem acontecer. Uma vez que o currículo tem como objetivo produzir modificações em algo ou alguém do qual ele deseja formar, configurando-se como uma prática de significados, enquanto texto, linguagem e discurso. Em seu desenvolvimento, o currículo tensiona forças e escapa às determinações. Na expressão currículo mínimo – e máximo – quando se refere ao âmbito nacional. Ainda na abertura, a autora especifica que o livro trata de “[...] teorias explicativas do *currículo escolar*, das lutas políticas em torno deste artefato, assim como

das diferentes relações que envolvem as decisões sobre o que se ensina e o que se pode aprender na escola” (PARAÍSO, 2025, p.9).

Sendo assim, ficam evidenciados argumentos importantes acerca da dinâmica das relações de escolha que é atravessada por políticas nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); as Diretrizes Curriculares Nacionais que traçam subsídios para a produção e a organização do Projeto Político Pedagógico Nacional de cada estabelecimento de ensino, além de outras publicações elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Um currículo pode ser organizado por disciplinas, ciclos, séries, ano. Agrupado em áreas ou em componentes curriculares. Pode ser denominado oculto, quando constituído de práticas e saberes como de mensagens não explicitadas. O currículo é um texto cultural, atravessado por questões étnicas, raciais, enquanto um lugar de experiências.

No segundo capítulo, explora-se a etimologia e a introdução no campo pedagógico por meio dos sentidos construídos sobre o currículo. Paraíso (2025) transcorre várias lentes para mostrar as teorias tradicionais e seus usos no Brasil. Ao prescrutar a etimologia da palavra currículo relembra o seu uso desde o século XVII, quando essa já existia como prática de seleção de saberes, citando a primeira universidade da qual se tem notícia no mundo, a Universidade Antiga de Taxila. Descreve que na antiguidade sete disciplinas eram contempladas e subdivididas em duas listas dedicadas à palavra e a ciência. Sendo o Trivium, constituído de três disciplinas – Gramática; Retórica e Lógica – e o Quadrivium, constituído de outras quatro: Aritmética, Geometria, Música e Astronomia. Foi durante os três séculos de colonização portuguesa que a educação jesuíta, por meio do Plano de Estudos da companhia de Jesus – lançou o manual pedagógico jesuíta do século XVI.

Em contexto brasileiro, o primeiro currículo oficial foi elaborado em 1855, quando o termo já havia sido popularizado. Nesta época foi fundado o primeiro colégio sediado no centro oeste do país, Colégio Pedro II, levando o nome do imperador Pedro II cujo desenho de escola básica nacional fora construído com uma configuração de 7 a 8 anos. Posteriormente, no decorrer do século XX, a organização curricular se modificou com a chegada da República. Em 1940, as Leis Orgânicas foram fixadas com disciplinas obrigatórias em todos os níveis e modalidades e a primeira Lei de Diretrizes foi publicada

em 1961. O enfoque da lista descritiva de disciplinas, para a questão “do que ensinar?” bem como do deslocamento para a centralidade do conhecimento ganha ênfase nos estudos que surgem nos Estados Unidos no início do século XX. Foi um tempo de escolhas, sistematizações e seleções dos temas e conteúdos a serem ensinados.

No capítulo seguinte, sobre as teorias tradicionais de currículo e seus usos no Brasil, o texto descreve o campo de estudos curriculares que vão surgir nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e o início do século XX, marcando um período intenso de desenvolvimento da industrialização e sua consequente urbanização. Por um tempo significativo a inspiração curricular baseou-se na Antiguidade Clássica e nas artes liberais. Com a obra célebre de Comenius, publicada em 1649, a defesa era de que o ensino “de tudo é para todos”. Na intenção de combater o sistema Medieval da época cria-se um campo de estudos curriculares antes do século XIX, influenciando a pedagogia moderna e centrando a proposta de educação no professor como um guia do processo educativo. Nessa perspectiva, a escola estaria focada em transmitir conhecimentos acumulados pela humanidade e traduzidos como verdades supremas. A valorização da memória, da exposição oral de conteúdos fixa-se em uma sequência linear independente dos cenários contextuais.

Com a industrialização acelerada, surge no Estados Unidos, um campo de estudos sobre currículo que se desenvolve com o interesse de escolarizar as massas e as questões econômicas voltadas as indústrias no controle dos conhecimentos ofertados, lançando as primeiras abordagens denominadas *de teorias tradicionais tecnicistas de currículo*. Foi com o deslocamento de pessoas do meio rural para trabalhar nas indústrias que a aceleração o êxodo rural aconteceu e as complexidades urbanas começam a surgir com o aumento da população. Neste período, três modos de organização das fábricas despontam como mais utilizados: o taylorismo, o fordismo, e, na sequência, o toyotismo. Embora todos estes sistemas apresentem diferenças em seus modos de organização a marca do objetivo final era a redução de custos associada ao aumento de produção. Nesta parte da obra a autora ainda aborda a publicação da *teoria da administração científica* de Winslow Taylor cuja defesa se concentrava no planejamento e na divisão do trabalho nas fábricas com fins de aumento da produtividade. Assim sendo, racionalidades que logo são deslocadas para os regimes escolares com vistas a eficiência

de professores em suas práticas, ligam-se as premissas de administração da educação. Em perspectiva aproximada, a obra escrita por John Franklin Bobbit: *The curriculum* (*O currículo*) vincula-se a ideia do acompanhamento de resultados pedagógicos com perspectiva de mensuração para um controle mais fidedigno dos processos pedagógicos, discussões que também são abordadas pela autora.

No quarto capítulo a obra aborda as principais teorias críticas de currículo, retomando o contexto da década de 60, quando problemas sociais e políticos ocorreram no Brasil, tensionando políticas de educação que assegurassem direitos e condições dignas para o não aprofundamento das desigualdades sociais. O surgimento de uma *contracultura* se expande em resposta a uma crise instalada nas sociedades, marcando a vida da população, sobretudo das juventudes. Neste contexto, surgiram inúmeros movimentos sociais de trabalhadores, artistas, estudantes e escritores. Foram estes movimentos que colocavam em questão a própria cultura e os modos de vida da época, problematizando questões de consumo e capital em diferentes instâncias. Foi com a criação de um pensamento fora dos contornos vigentes que as teorias críticas e pós-críticas surgiram como base para novos olhares e sentidos para a educação. O campo da Arte também aparece como um destaque; bandas musicais como The Beatles e Rolling Stones influenciaram gerações por meio de uma enorme popularidade. O Tropicalismo também foi um movimento brasileiro importante neste cenário, divergindo de padrões e inaugurando novos modos de ler o mundo. Foram olhares como esses que descortinaram os sistemas por vezes injustos e discriminatórios que pode se instalar na escola, se não forem debatidos, dialogados e permeados de outras expressões possíveis para manifestar as intenções do currículo. A Nova Sociologia da Educação (NSE) foi uma das primeiras correntes sociológicas e críticas voltadas a teorização de currículo, legitimando um marco deste movimento, tornando-se uma expressão importante.

Para essa perspectiva, o currículo e o conhecimento escolar constroem-se socialmente sem neutralidade, por meio de seleções e escolhas a serem ensinadas para as novas gerações por meio de arranjos produzidos no interior dos estabelecimentos de ensino. Há um movimento de inflexão com a inserção destas teorizações, equalizando conceitos presentes nas teorias tradicionais. Autores como: Bernstein; Bourdieu; Esland; Keddie e Michael Young foram precursores de publicações internacionais que

lançaram marcos clássicos sobre a teoria crítica de currículo. A Sociologia do marxismo e da fenomenologia produziram questões que inseriram conceitos como: ideologia, reprodução, resistência, poder, capitalismo, classes sociais, cultura e emancipação e experiência. Ao final da década de 1980, a teoria crítica se desenvolve no Brasil em um momento em que a influência da tradição curricular tecnicista norte-americana estava em alta. Um destaque importante para a obra “Princípios básicos de currículo” de Ralph Tyler que pautou reflexões e consolidou argumentos importantes para a difusão da teoria no Brasil.

No decorrer dos anos 80 duas teorias pedagógicas brasileiras despontaram: a Pedagogia Crítico Social e a Proposta de Educação Popular de Paulo Freire que foi um precursor dos estudos críticos, sobretudo em seu livro “Educação como prática de liberdade”, escrito em 1967. Com o final da ditadura muitos tensionamentos e muitas mobilizações sociais ocorreram, destacando diversos grupos em todo o país por meio da promoção de seminários, encontros e debates. A discussão popular gerou uma nova Constituição Federal Brasileira (CF), que foi promulgada em 1988. Neste processo de reforma dos anos 80, estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram seus currículos oficiais elaborados. O Brasil passava por um processo intenso de mudanças na educação e os estudos de currículo de Dermeval Saviani, no campo curricular da Pedagogia Crítico-Social dos conteúdos e da Proposta Pedagógica de Educação Popular, de Paulo Freire, consolidaram-se enquanto duas teorias pedagógicas e não teorias curriculares. Ambas assumiam a posição de mudar os posicionamentos vigentes por meio da transformação das desigualdades educacionais e sociais no Brasil, traçando uma perspectiva de conscientização de classes, valorização das experiências e da cultura no currículo escolar.

Em uma perspectiva heterogênea com um “arcabouço diversificado” decorrentes do pós-estruturalismo, “das filosofias da diferença e de um híbrido de análise antropológicos, sociológicos, filosóficos, políticos, históricos e linguísticos da cultura” (PARAÍSO, 2025, p.75) se constituem *as teorias pós-crítica*, inserindo conceitos para o debate educacional como: gênero, sexualidade, raça, etnia, colonialidade, descolonialidade, cultura, representação, relações de poder, discurso, linguagem, diferença, subjetividade, modos de subjetivação etc. Estas teorizações concentram suas

discussões em um olhar sobre o currículo que considere o contingente, o local, o global, o contexto e o híbrido. Problematizam metanarrativas, interrogam identidades, pressupostos filosóficos, colocando a centralidade na cultura na compreensão de novos mapas políticos e culturais. As teorias pós-críticas conectam-se a dois movimentos de pensamento nas teorizações de ciências humanas chamados de virada linguística e virada cultural - o que muitas vezes também denomina estas teorias de pós-críticas ou pós-modernas.

Neste registro teórico, o currículo é um artefato produzido neste mundo, fabricado, e envolto em relações de poder de diferentes tipos; por meio de lutas políticas, sociais e culturais. Sendo a linguagem não apenas representativa do mundo, mas constituindo o mundo que nomeia. De tal modo, há hierarquias existentes entre saberes e culturas que significam o mundo; portanto, o currículo pode ser considerado um texto com vontade de verdade, pelos discursos que prioriza, pelas estratégias que opera, pelas desconstruções de verdades e lógicas binárias que por vezes são usadas para “priorizar linguagens, grupos, saberes e culturas” (PARAÍSO, 2025, p.82). Duas vertentes teóricas se inscrevem nas teorias pós-críticas, por meio da virada cultural, focando suas análises e ênfases, são estas: as teorizações multiculturalistas e a dos estudos culturais. Entretanto, somente nos anos 90 essas teorizações passam a compor a política curricular brasileira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, publicados ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, incorporaram discussões e elementos do multiculturalismo, ainda que de modo bastante incipiente. Essa política, na época, teve forte influência de países como Estados Unidos, Espanha e Inglaterra e alguns dos questionamentos que surgiram destas escolhas estavam relacionados ao privilégio que alguns grupos exercem em contextos de poder na sociedade. Ademais, a ideia de um currículo nacional conflituava com as perspectivas pós-críticas, pela valorização ao local, aos contextos representativos, seus significados, representações e diferenças. Ao final deste capítulo a autora posiciona o currículo como um campo contestado, de lutas políticas e culturais que se constitui artefato pelo modo de produzir importâncias nas vidas de estudantes e professores – uma vez que é ativo na produção do que somos, do que desejamos ser e do que ainda poderemos ser.

Nas discussões subsequentes sobre pós-colonialismo e relações étnico-raciais, o pós-colonialismo analisa relações de poder entre as nações, discute processos transversalizados pelo imperialismo na economia, na cultura, na política e nas sociedades e seus povos. De tal modo, analisa-se os efeitos colonialistas pelos conhecimentos visíveis que constituem partes do currículo como livros didáticos, contos, histórias, imagens, textos, literaturas infantis e juvenis, materiais e diversos gêneros textuais. Todas essas e outras escolhas tendem a produzir efeitos de verdade e racionalidades que operam na constituição do que desenvolvemos para olhar o mundo e produzir o currículo e os modos de se tornar sujeitos que por ele são afetados. A teoria pós-colonialista, baseia seus estudos, mostrando que o conhecimento do outro, seus modos de vida e suas territorialidades são usadas como objetivos para mais conquista de poder, hierarquizando nações, grupos étnicos e culturais; operando na manutenção do imperialismo econômico, político, social e cultural, por meio de diferentes representações e significados. Neste sentido, o texto curricular é tido como produção estratégica para seguir ou para interromper processos coloniais relacionados aos sujeitos, pensamentos e saberes. Produzir resistências a estes modos de constituir o currículo é entrar em luta pelo jogo das representações e dos sentidos para descolonizar o currículo, tensionando a contar outras narrativas para que outras lutas étnicas e raciais possam ser possíveis enquanto estratégia de descolonização.

Nos três últimos capítulos, a autora apresenta reflexões do currículo atrelado as questões sobre feminismos, relações de gênero e sexualidade; e ainda, sobre currículo, o pensamento da diferença e a BNCC em questão. As problematizações que a autora realiza é que o currículo enquanto um artefato de raciocínios pedagógicos e culturais generificados, operados no cotidiano, podem gerar e oprimir estudantes e professores cujas correspondências entre o biológico, o gênero e o desejo não apresentam uma correspondência, a depender das escolhas que se faça nas políticas exercidas. Assim, essa perspectiva da teoria curricular mostra como elementos do patriarcado, vinculados a questões heteronormativas e homofóbicas dificultam os modos de viver de muitas pessoas. O entendimento de que o gênero é uma construção histórica, social e cultural possibilitou o ingresso de um debate nos currículos em que as discussões desconstruíram ideias binárias de gênero e sexualidade. Importante frisar que a

produção científica do conceito de gênero foi realizada dentro dos contornos dos parâmetros de Ciências Humanas e Sociais. Na esteira destas reflexões a vertente do *pensamento da diferença* do currículo trouxe conceitos para a teoria curricular a partir de *um currículo da diferença* que é experimental, nômade e se estabelece na “ética da experimentação”. Entendido como possibilidade e um agenciamento que levam a invenção de novos mundos, conectando diferenças sem integrá-las, entende-se o currículo como um mapa, com sentidos e modos para percorrer e traçar outros contornos e percursos. A força do ato de professorar como pensamento e como invenção de novos modos de ser e agir fazem parte das teorizações deste registro. Pensar que o currículo é feito de lentes que o constituem, tensionam, problematizam e o reinventam alargam os modos de entender a produção textual e discursiva do currículo em seus modos de operar.

No último capítulo, a “BNCC em questão”, a política curricular é apresentada com pontuações que discutem seus modos de estabelecer e ordenar a seleção de saberes, conhecimentos, habilidades, objetivos e competências como macropolítica de currículo que opera o funcionamento de processos, entre estados, no sentido de uma regulação comum ao sistema educacional. São abordadas as etapas de elaboração da Base, citando a homologação dos PCNs como um primeiro movimento de articulação para a consolidação da política nacional. São textos que remetem às grandes orientações e que sustentam decisões curriculares, condicionando modos de fazer política. Ademais, a autora destaca em cada uma das etapas, Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio, aspectos que marcam escolhas e intencionalidades que foram criticados por pesquisadores e associações, professores, sindicatos, movimentos etc. na última publicação do documento.

Neste sentido, são apresentadas ponderações sobre padronização e os modos de controlar o currículo, bem como suas dinâmicas de atuação e suas possibilidades políticas; ao mesmo tempo que em qualquer currículo sempre há espaço para encontros que escapam a regulação – aspecto esse bem pontuado na obra como um todo. De tal modo, é pelos espaços possíveis que abrimos para que caiba a diferença, o gênero, a sexualidade, as etnias e as culturas, conduzidos por reflexões que somente professores poderão promover, que se mantem vivo uma dinamização potente e ativa que amplia o

debate e a compreensão sobre as diferentes teorias e políticas que foram discutidas no livro.

### Referência

PARAISO, M. **Currículos: teorias e políticas**. São Paulo: Contexto, 2025. 160p. (Coleção Educação na Universidade).

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: 18/12/2025

Aceito em: 23/02/2026

Publicado em: 16/05/2026